



TEA no ensino regular: estudo de caso comparativo entre redes pública e privada

Autor(es)

Silvia Regina Cassan Bonome Vanzelli
Priscila Fernanda Canassa Dos Santos

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE JAÚ

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem aumentando consideravelmente no mundo, estima-se que uma em cada 100 crianças apresenta o diagnóstico (WHO, 2022). Esse crescimento vem indicando novos desafios aos sistemas educacionais, principalmente a países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, que possui desigualdades regionais significativas no acesso a recursos pedagógicos, formação docente e em suporte especializado nas diversas áreas de inclusão. Assim, a inclusão escolar de alunos com TEA vai além da questão pedagógica, mas se apresenta como um problema social e de saúde pública que demanda políticas intersetoriais. Nos últimos anos, pesquisas apontam para o avanço da inclusão escolar, porém, há muitos obstáculos no contexto brasileiro, principalmente em relação à formação docente e à implementação de políticas públicas inclusivas (NASCIMENTO et. al., 2024; MAZZEI et al., 2025). No Brasil, a legislação garante o direito à educação inclusiva, conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Nesse cenário, tem-se apresentado disparidades importantes entre escolas públicas e privadas. Em contraste, nas escolas públicas, principalmente nas estaduais, é habitual encontrar resistência para efetuar modificações pedagógicas, limitando-se muitas vezes a métodos padronizados que não atendem às particularidades dos alunos (SCHMIDT; BOSA, 2020).

Diante do contexto apresentado, a questão central que norteou o estudo foi: em que medida as diferenças entre escolas públicas e privadas impactam o processo de inclusão de alunos com TEA, tanto no aspecto acadêmico quanto emocional? Enfim, a singularidade da presente pesquisa está em ir além de uma revisão teórica sobre o TEA e sua inclusão na educação, mas, de oferecer uma análise prática fundamentada em um estudo de caso.

Objetivo

O presente trabalho teve como objetivo geral comparar as práticas inclusivas de escolas públicas e privadas a partir do atendimento de um aluno com TEA de suporte 2 em relação a descrições em entrevistas com profissionais de escolas públicas e privadas. Buscou-se analisar as práticas inclusivas, seus impactos educacionais e emocionais e o papel da Psicologia Escolar e Educacional nesse processo.

Material e Métodos

Este trabalho empregou a metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, com técnica de estudo de caso (Yin,



2015). A investigação concentrou-se no acompanhamento de um aluno de 8 anos, TEA nível 2, matriculado no 3º ano do Ensino Fundamental I, em uma escola particular do interior de São Paulo. A observação direta possibilitou identificar as práticas pedagógicas e as estratégias inclusivas com destaque para as adaptações curriculares. Foram comparados relatos de 8 profissionais: 2 professoras de classe e 1 de educação especial da escola privada; 3 professoras EF I e 2 EF II.

Para fundamentação teórica e discussão foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando materiais publicados entre 2010 e 2025 nas bases de dados Google Acadêmico, Pubmed e SciElo.

As ferramentas metodológicas abrangeram a observação participativa em sala de aula com professores e demais alunos, o registro sistemático em diário de campo, entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação. As entrevistas tiveram duração entre 30 e 50 minutos, sendo gravadas e posteriormente transcritas. As observações seguiram roteiro focado em rotinas, recursos de apoio e respostas comportamentais e academicamente relevantes.

Resultados e Discussão

Diante das adaptações curriculares na escola privada pôde-se notar uma atitude proativa das educadoras em relação às necessidades do aluno. As modificações no currículo eram comuns e elaboradas de maneira cuidadosa. Entre as estratégias observadas, destacaram-se a simplificação das questões, o emprego de materiais visuais, a organização diferenciada das atividades diárias e a comunicação contínua com especialistas externos. Essas ações influenciaram de forma significativa a motivação do aluno, impulsionando sua autoestima e ampliando sua interação social. Esses resultados estão em consonância com as reflexões de Mendes (2019) e Vygotsky (1991), que enfatizam a relevância da mediação pedagógica e das adaptações curriculares para promover o desenvolvimento tanto cognitivo quanto emocional. Também em linha com o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA/UDL - MITCHELL, 2023).

Por outro lado, na escola pública, profissionais relataram dificuldades na implementação de ajustes, muitas vezes devido à alta carga de trabalho ou falta de capacitação específica. Também foi notada uma escassez de comunicação com especialistas externos à escola, o que restringe a colaboração. A dificuldade em adaptar as práticas pedagógicas já havia sido apontada por Pletsch (2014), que destaca a resistência dos educadores como um dos principais obstáculos à inclusão em sala de aula. Schmidt e Bosa (2020) reforçam que a falta de adaptações compromete não apenas o processo de aprendizagem, mas também o bem-estar emocional dos estudantes.

Os resultados demonstram associação entre adaptações e engajamento, com reflexos importantes na autoestima e pertencimento do aluno, sendo condizente com a literatura (NASCIMENTO et al., 2024; ZOGHBI, 2024). Do ponto de vista educacional, a aprendizagem mostra-se condicionada ao suporte à flexibilidade cognitiva de acordo com os efeitos esperados para alunos com TEA (nível 2). Os resultados indicam que as condições de implementação (políticas, recursos, estruturas e arranjos de apoio) explicam mais as diferenças observadas do que propriamente o setor público ou privado de ensino.

Por último, o papel da Psicologia Escolar e Educacional configura-se como mediadora e agente crítico-político. O psicólogo, portanto, deve não só ajudar nas adaptações pedagógicas, mas também questionar as disparidades entre as redes de ensino, advogar pela implementação da legislação de inclusão e incentivar a formação contínua dos professores.

Assim, os dados indicam a atuação do psicólogo em contexto escolar como articulador entre família-escola-saúde e como agente crítico que tensiona barreiras institucionais (ZOGHBI, 2024). Desta forma, essa atuação profissional encontra respaldo legal ao enfatizar a escola como espaço de inclusão efetiva (LBI/2015; BRASIL,

2023, que revoga o Decreto 10.502/2020).

Indica-se, também, que a presença do psicólogo na rotina pedagógica e não apenas em encaminhamentos clínicos teria maior coerência entre o Plano Educacional Individualizado (PEI) e as práticas cotidianas em sala de aula (ZOGHBI, 2024). Por outro lado, em muitos contextos educacionais, o trabalho do psicólogo escolar e educacional se mostra esporádico, com pouca integração ao planejamento escolar, limitando a transformação institucional que se faz necessária (NASCIMENTO et al., 2024; ZOGHBI, 2024).

Limitações do estudo: estudo de caso único, ausência de seguimento longitudinal e indicadores quantitativos.

Conclusão

A pesquisa confirmou que a inclusão efetiva de alunos com TEA depende da articulação entre práticas pedagógicas adaptadas e arranjos institucionais. A qualidade da implementação mostrou-se mais determinante que o setor público ou privado. O psicólogo escolar assume papel estratégico no co-planejamento pedagógico, mediação escola-família-saúde e enfrentamento das barreiras institucionais.

Referências

- MAZZEI, K. A. et al. Public policies for the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). Aracê Magazine, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 5119-5137, 2025. DOI: 10.56238/arev7n2-035.
- MENDES, E. G. Inclusão e aprendizagem de alunos com deficiência: desafios para a psicologia escolar. Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, n. 2, p. 245-254, 2019.
- MITCHELL, Fiona. Promoting inclusive practice for autistic learners: Universal design for learning. Kairaranga, v. 24, n. 2, p. 30-51, 2023.
- NASCIMENTO, L. R.; ARAÚJO, M. L. K. K.; PARREÃO, Y. C. S. Psychology and school inclusion of people with autism spectrum disorder in Brazil: an integrative review. Journal of Education and Learning, v. 13, n. 4, p. 121-135, 2024.
- PLETSCH, M. D. Políticas de educação inclusiva e práticas pedagógicas: desafios da formação docente. Revista Educação Especial, v. 27, n. 49, p. 373-386, 2014.
- SCHMIDT, C.; BOSA, C. A. Autismo e educação: reflexões sobre inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. 1-20, 2020.
- YGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. International classification of diseases for mortality and morbidity statistics – 11th revision (ICD-11). Geneva: WHO, 2022.
- ZOGHBI, B. V. P. A atuação da psicologia escolar na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista. Revista Contemporânea de Educação, v. 19, n. 39, p. 1-15, 2024.